

A urgente necessidade de mudanças

ALBERTO TAMER

Jamais houve no Brasil tanta consciência sobre os erros das diversas políticas econômicas seguidas pelo governo e a necessidade urgente de mudar. O problema principal parece residir não no diagnóstico da crise, mas no fato de que essa conscientização surge em um período de fim de governo, no qual as mudanças são sempre mais difíceis, na cômoda expectativa de transferir-se para o sucessor a responsabilidade das medidas amargas, porém reconhecidamente necessárias. Embora algo já pudesse estar sendo feito pelo menos para lançar os princípios de uma política futura, que se deve trilhar basicamente no combate à inflação e na recuperação da confiança, estamos ainda longe, muito longe, de apresentar uma linha econômica coerente com esse princípio.

Quais as saídas da crise? Quais as opções do futuro? O Estado ouviu



Simonsen: a inflação é essencialmente nossa e somente a inépcia justifica índices atuais

economistas e políticos, sociólogos e universitários, empresários, industriais e agricultores. O diagnóstico coincide em um ponto expresso pelo senador Roberto Campos: o primeiro passo para a saída da crise é a restauração da confiança. Isso exige, a rigor, a consumação do processo político que estamos vivendo de substituição presidencial. Em seguida, cumpre definir áreas de prioridade, coerentes com o combate à inflação. "Sem isso, é inútil falar em desenvolvimento econômico ou social, que são objetivos inatingíveis enquanto houver um processo inflacionário desabalado."

Para Celso Furtado, falta ao atual governo uma política bem definida, principalmente no que diz respeito à dívida externa e às prioridades nacionais. "Os países fortemente endividados não têm condições de pagar sua dívida mediante a recessão, pois antes do fim desta década seus parques industriais estarão desmantelados. A experiência dos últimos dois anos demonstrou que o atual governo não tem condições de formular uma política senão a imposta pelos credores internacionais. A moratória é indispensável para encaminhar uma solução do problema da dívida externa, mas ela deverá ser acompanhada de medidas complementares, pois adotada isoladamente apenas contribuiria para aumentar nosso débito de US\$ 100 para US\$ 200 bilhões em cinco anos. Ela deve ser completada por uma definição de

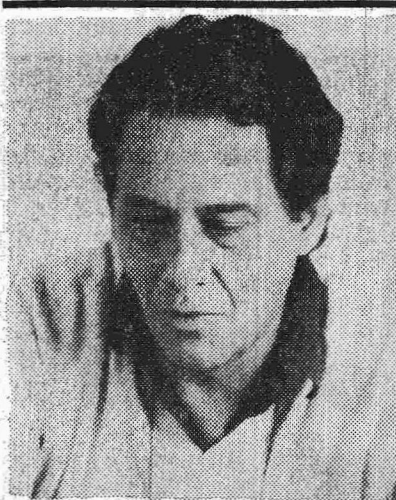
condições de retomada dos pagamentos, após o período de carência, como taxas de juros fixas e não superiores aos termos reais, a 3% ao ano, subordinação do pagamento ao valor das exportações".

Mário Henrique Simonsen afirma que a crise brasileira não foi integralmente importada. A inflação é **essencialmente nossa** e somente a inépcia justifica os índices atuais, superiores a 200%. A crise que o Brasil vive encerra três dimensões principais: uma, a crise propriamente dita — verdadeiramente sentida pela população —, caracterizada pela recessão e pelo desemprego, "este um fenômeno novo que vem minando a economia brasileira desde 1981". A segunda, que de certa forma é a principal detonadora da primeira, é a crise do balanço de pagamentos, a falta de liquidez internacional, a retração dos financiadores externos, nos obrigando a um programa de ajustamento brusco. Essas duas faces da crise não são exclusivas do Brasil, pois contaminam todo o mundo em desenvolvimento. Mas há um terceiro aspecto, mais sério, exclusivamente nosso, ou pelo menos com o qual nós temos poucos parceiros: uma inflação que superou os 200% ao ano, índice suplantado apenas pela Bolívia e pela Argentina.

"Eu não diria que não tenhamos importado alguns componentes da inflação, como as consequências das desvalorizações cambiais. Mas, essencialmente, a culpa é nossa. Temos no Brasil uma capacidade ímpar de tomar um impacto inflacionário e propagá-lo indefinidamente pelos nossos sistemas de correções automáticas de rendimentos, salários, ativos financeiros etc. O Brasil talvez seja o único país do mundo no qual a alta do preço do petróleo acaba obrigando o preço do milho a subir também! E isso pura e simplesmente porque todos os custos são repassados por um sistema de correção monetária em ascensão. A única manobra eficaz de combater realmente a inflação é romper os laços entre o presente e o passado, senão não sairemos da espiral preços-salários, que a cada impacto nos leva a aumentar o patamar inflacionário."

Para o economista José Júlio Senna, da Fundação Getúlio Vargas, essencialmente há apenas dois problemas a enfrentar: inflação e instabilidade da política econômica, com uma redução da intervenção do Estado. A medida em que eles forem sendo atacado atacados, 80 ou 90% de todas as demais teriam suas soluções naturalmente encaminhadas. A retomada do crescimento econômico depende fundamentalmente disso. Não há conhecimento de nenhum país que tenha mantido um desenvolvimento auto-sustentado com altas e incertas taxas de inflação. O grande drama que estamos vivendo é a nebulosidade que fica em torno de nós, com a sociedade perdendo a noção dos preços relativos, os empresários não se interessando em produzir mais de forma competitiva. E são eles que fazem a economia crescer. No Brasil, a situação é ainda mais grave pela intensidade, do fenômeno. A inflação passou de 32% ao ano no período pós-guerra para 100% em 1982 e acima de 200% em 1983.

A conseqüente recessão, embora muitos pensem o contrário, não foi resultado da implantação da política ortodoxa do tipo do FMI. O quadro recessivo teve início em 1981 e o Brasil só recorreu ao Fundo em fins de 1982. Em 1983, pelo menos até o último trimestre, simplesmente descumprimos o acordo com o FMI, e a recessão persistiu. Não se pode, por-



Cardoso: o ponto crucial está no restabelecimento da confiança nos líderes e na sua legitimidade

tanto, culpar a ortodoxia do Fundo. Ao contrário, a origem dos problemas brasileiros foi justamente a não observância de princípios ortodoxos que, comprovadamente, têm dado resultados em outras economias e em circunstâncias idênticas. Somente a partir do final do ano passado que se notou uma mudança na direção mais clássica em termos de política de estabilização, cujos resultados apenas se farão sentir na medida em que a política seja mantida com firmeza, incutindo a confiança perdida, e que se evite novas instabilidades que tanto caracterizaram os últimos anos.

Segundo Senna, quaisquer que sejam as escolas econômicas, ortodoxas ou não, elas coincidem em uma constatação: não houve continuidade de política dentro de um mesmo governo. Isso agravou ainda mais a crise em que vivemos. No Brasil houve "muitas mudanças nas regras do jogo. Tivemos várias políticas de câmbio (pelo menos cinco nos últimos 15 meses!): minidesvalorizações, máximos, mini e máximos, minixpurgas, sem expurgo, prefixação... A correção monetária ora era plena, ora era parcial.

Quanto a salários, aplicamos pelo menos três políticas. O mesmo ocorreu com relação a controles de preços em geral, e com relação a diversos outros setores da economia. Caminhos? Primeiro, uma política econômica coerente e firmeza no combate à inflação. É importante que os homens públicos tenham verdadeiramente fé nessa política. Na medida em que eles possam transmiti-la terão a credibilidade e o apoio da sociedade. Os duros custos do combate à inflação serão sempre menores se houver essa fé, essa confiança, essa credibilidade. O segundo caminho é a adoção de uma política macroeconômica estável e segura. O perfil do Brasil não mudou tanto nos últimos anos de modo a justificar tantas alterações na orientação da política econômica. Não se pode alterar pura e simplesmente uma política econômica em tão curto prazo de tempo."

Para Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas e da Cedes, os obstáculos do presente correspondem em primeiro lugar à reciclagem da dívida externa e à reordenação do setor público. Quanto à primeira, o Brasil deve adotar uma atitude realista, procurando eliminar os **spreads** e comissões adicionais, que hoje oneram o serviço da dívida entre US\$ 2 e US\$ 3 bilhões. Em

seguida, caberia estabelecer com os credores um regime de rolagem automática de uma parcela dos juros, pelo menos aquela correspondente à taxa externa de inflação. E renegociaria caso a caso apenas a outra parcela do juro excedente à inflação, hoje de 5 a 7%. Isso deveria ser exigido já a partir das negociações da dívida de 1984/85. Ainda neste contexto, o Brasil deveria ameaçar de retaliação todas as exportações dos países que bloqueiam as nossas. No âmbito externo, diz Paulo Rabello, a questão é mais grave pois é preciso reconstituir o sistema de financiamento do setor público, realinhando a carga tributária e programando cortes seletivos nas despesas.

"Por enquanto ainda estamos na fase de hospitalização das finanças governamentais..." Paulo Rabello de Castro defende a desestatização, em termos realistas e condena atitudes "românticas": tudo deve partir de um novo sistema de apuração de responsabilidades nas decisões empresariais do Estado.

O diagnóstico de quase todos os entrevistados é unânime: faltou ao governo conscientizar-se de que o mal profundo residia na inflação crescente. E, quando se convenceu disso, preferiu postergar as medidas evidentemente necessárias com receio de agravar o descontentamento popular. Agindo assim, porém, levou a economia a uma situação de extrema gravidade de estagnação e inflação, isto é, inflação sem crescimento, gerando uma conjuntura difícil que poderia ter sido evitada mais facilmente com medidas menos severas há alguns anos. Desorientado, ou buscando soluções ilusórias sabidamente inadequadas, foi mudando de política ano após ano, levando a uma séria deterioração econômico-financeira interna e externa, dolorosa para todos — principalmente para os empresários e os assalariados em nome dos quais se procurou adiar a aplicação da medicina antiinflacionária.

Em contrapartida ao diagnóstico comum, há, porém, soluções diversas. Alguns, como Mário Henrique Simonsen, entre muitos, condenam a manutenção da correção monetária plena para quase todos os segmentos da economia. Outros, como Senna,



Senna concorda que a redução da interferência do Estado trará os germes da recuperação

admitem que a inflação pode ser dominada mesmo com a permanência da indexação. "Ela ainda não cedeu porque a política macroeconômica até há pouco não foi tão austera quanto muitos imaginam, além de persistirem as expectativas inflacionárias."

Ambos, Mário Henrique Simonsen e Senna, acreditam que as medidas macroeconômicas e a redução da interferência do Estado trarão em seu caudal os germes da recuperação. O setor privado, uma vez saneada a economia, saberá reagir de acordo com as regras do mercado. Chacel e Campos afirmam que será preciso orientar alguns setores específicos, não inflacionários, como agricultura, colonização, indústrias voltadas para a exportação, construção civil e, acima de tudo, desbloquear dos investimentos externos, fator vital para apressar a capitalização do Brasil. Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso têm uma visão mais política, pregando a redução das desigualdades, os investimentos prioritários na agricultura não apenas para gerar divisas — é ingênuo prever que as exportações cresçam de forma persistente com base apenas nos produ-

tos primários, diz Furtado —, mas para proporcionar alimento para a população. Para Fernando Henrique Cardoso, o ponto crucial reside no restabelecimento da confiança nas lideranças e na legitimidade da autoridade.

As saídas da gravíssima crise que o Brasil vive depende de medidas simples — porém corajosas que o governo atual se recusou adotar.

A crise que vive o Brasil é grave e profunda, decorrente de anos de desacerto. Sair da crise significa reduzir a inflação diminuindo o déficit do setor público, o que o governo tentou até agora fazer de modo pouco satisfatório, aumentando a receita, via imposto, ao invés de recuzir efetivamente as despesas, principalmente de custeio das empresas estatais.

Sair da crise significa rever todos os programas de cortes dos investimentos públicos de forma seletiva e não linear; restringir a ação indiscriminada e deletéria do Estado gerador de moeda inflacionária, em detrimento da livre empresa que obedece às regras da livre competição.

Sair da crise significa rever as negociações da dívida externa, abandonando o sistema atual de transferência de recursos reais para exterior. A saída da crise passa pelo controle da inflação, pela renegociação inteligente da dívida.

Em resumo, sair da crise significa **mudar** o que aí está. Não há, porém, razão para pessimismo excessivo, embora se possa prever anos difíceis em consequência da deterioração provocada pela inércia. Como afirmou o economista e cientista político Marcelo Moreira: É preciso aproveitar certo desafogo, mesmo que tênue, para que o País se lance na tarefa de construir o Brasil após a crise. É claro que o ano de 1984 será, nesse sentido, um período eminentemente de transição. Como uma preliminar para que qualquer iniciativa tenha chance de êxito, coloca-se a necessidade de resgatar a esperança e recuperar a fé, sem o que qualquer nova estratégia desaguará inexoravelmente no cemitério dos inumeráveis pacotes engendrados nos gabinetes ministeriais de Brasília."

Na terça-feira, o segundo artigo da série